

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO





SEÇAO

100.000

VALOR

1.363.933

1.363.933

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLII Nº 246

Brasília - DF, quinta-feira, 24 de dezembro de 2015

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

ANEXO I

FUNCIO-

NAI.

02 122

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro G

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

)569 1A58

0569 1A58 0363

PROGRAMÁTICA

0570

02 122

0570 14YT

PROGRAMÁTICA PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODU

Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Construção do Edifício-Sede da Justiça

Aviso

Esta edição é composta de um total de 404 páginas, dividida em 2 partes.

Sumário

PÁGI	NA
Atos do Poder Legislativo	1
Atos do Congresso Nacional	44
Atos do Poder Executivo	44
Presidência da República	46
Presidência da República	58
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	60
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	60
Ministério da Defesa	78
Ministério da Educação	
Ministério da Fazenda	
Ministério da Integração Nacional	108
	110
Ministério da Saúde	116
Ministério das Cidades	
Ministério das Comunicações	364
Ministério das Relações Éxteriores	365.
Ministério de Minas e Energia	365
Ministério do Desenvolvimento Agrário	375
Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	377
Ministério do Esporte	378
Ministério do Meio Ambiente	380
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	380
Ministério do Turismo	389
Ministério dos Transportes Ministério Público da União	389
Ministério Público da União	393
Poder Judiciário	395
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	398

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.220, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 10.091.253,00, para os fins que especifica.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de RS 10.091.253,00 (dez milhões, noventa e um mil, duzentos e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. $2^{\rm a}$ Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. $1^{\rm a}$ decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

			em Santarém - PA - No Município de Santarém -							
			PA	F	4	6	90	0	100	100.000
	TOTAL - FIS	CAL		Г	*	0	90	U	100	100.000
	TOTAL - SE	_								0
	TOTAL - GE									100.000
		1/1/1								
	ÓRGÃO: 140	000 - Justiça Eleitora	I							
	UNIDADE: 1	4103 - Tribunal Reg	ional Eleitoral de Alagoas							
k	ANEXO I									Crédito Especial
٧	PROGRAMA	DE TRABALHO (,	R	curso	de T	odas	as Fontes R\$ 1,00
	FUNCIO-	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODU-	E	G	R	M	I	F	VALOR
	NAL		TO	S	N D	P	O D	U	T E	
		0570	Gestão do Processo Eleitoral	г	D		D		Е	1,200,000
		0370	Projetos							1.200.000
	02 122	0570 15L3	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral no Município de São Miguel dos Campos - AL							600.000
	02 122	0570 15L3 1840	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral no Município de São Miguel dos Campos - AL - No Município de São Miguel dos Campos - AL							600.000
			Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	600.000
	02 122	0570 15L4	Aquisição de imóvel para o Cartório Eleitoral do Município de Pilar - AL							600.000
	02 122	0570 15L4 1823	Aquisição de imóvel para o Cartório Eleitoral do Município de Pilar - AL - No Município de Pilar - AL							600.000
			Imóvel adquirido (unidade): 1	F	5	2	90	0	100	600.000
	TOTAL - FIS	CAL								1.200.000
	TOTAL - SE	GURIDADE								0
	TOTAL - GE	RAL								1.200.000
		000 - Justiça Eleitora 4108 - Tribunal Reg	l ional Eleitoral do Espírito Santo							
	ANEXO I		y							Crédito Especial
	PROGRAMA	DE TRABALHO (APLICAÇÃO)			R	ecurso	de T	odas	as Fontes R\$ 1,00

Páginas		trito ieral		nais ados
de 02 a 28	R\$	0,30	R\$	1,80
de 32 a 76	R\$	0,50	R\$	2,00
de 80 a 156	R\$	1,10	R\$	2,60
de 160 a 250	R\$	1,50	R\$	3,00
de 254 a 500	R\$	3,00	R\$	4,50



-ATIENÇÃO! PROGRAME-SE

Nos dias 24 e 31 de dezembro o recebimento de matérias será até as 14 horas.

PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODU

Construção de Cartório Eleitoral no Município de

ÓRGÃO: 12000 - Justiça	Federal								
	unal Regional Federal da 3a. Região								
ANEXO II									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRAB	ALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N	R P	M O D	I U	F T F	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1,733,913
	02.02	Atividades							
02 122 02 122	0569 20TP 0569 20TP 6014	Pagamento de Pessoal Ativo da União Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na 3º Região da Justiça Federal - MS, SP	F	1	1	90	0	188	1.733.913 1.733.913 1.733.913
TOTAL - FISCAL	·					1			1.733.913
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.733.913
ÓRGÃO: 12000 - Justiça	Federal								
	unal Regional Federal da 4a. Região								
ANEXO II	-								Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRAB	ALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	G N	R P	M O	I U	F T	VALOR
-	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	- г		-		-1	Е	85.238
	0007	Operações Especiais				1			65.236
09 272 09 272	0089 0181 0089 0181 6015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS,							85.238 85.238
		SC	S	1	1	90	0	100	85.238
TOTAL - FISCAL	A								0
TOTAL - SEGURIDADE									85.238
TOTAL - GERAL									85.238

RESOLUÇÃO Nº 385, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira e às alterações de detalhamento de elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, bem como os relativos ao pagamento de sentenças judiciais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das suas atribuições

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das suas atribuições legais, ad referendum, resolve:

Art. 1º Estabelecer como datas limites, referentes ao ano de 2016, as constantes dos cronogramas fixados nos Anexos I e II desta resolução para a Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal e os tribunais regionais federais solicitarem à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF os limites financeiros e as alterações de detalhamento dos elementos de despesas (QDD) 91 - Sentenças Judiciais e 92 - Despesas de Exercícios Anteriores para pagamento das folhas de pessoal e para a liberação dos limites financeiros destinados às despesas de custeio e de capital e daquelas decorrentes das sentenças judiciais transitadas em julgado requisitadas nos termos do art. 100 da Constitúição Esdara! da Constituição Federal.

Art. 2º Os limites financeiros para o cumprimento de decisões judiciais inclusas em folha de pagamento de unidades da Justiça Federal, observados os procedimentos previstos na Resolução n. CF-RES-2012/00211, de 29 de outubro de 2012, deverão ser solicitados, simultaneamente, com a alteração de elementos de despesa, nas datas limites fixadas nos cronogramas referentes às folhas ordinárias de

pessoal.

Art. 3º Os limites financeiros e as alterações no detalhamento dos elementos de despesa relativos às obrigações de que tratam os arts. 13, § 3º, e 13-A da Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012, serão encaminhados nos prazos fixados no item "a" dos Anexos I e II desta resolução.

Art. 4º As solicitações de limites financeiros e as alterações de detalhamento do elemento de despesas serão encaminhadas de acordo com os formulários elaborados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças deste Conselho.

Art. 5º Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal. Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO I

Exercício Financeiro de 2016

a. Folha Ordinária de Pessoal e Benefícios

(Cronograma para o encaminha dades orçamentárias da Justiça Federal) nhamento das solicitações de limites financeiros inerente às uni-

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DATA	11	10	10	11	11	10	11	10	12	11	11	7
b. Despesas	com naer	ivor davide	vr a maair	trador a e	anvidorar	da aua trat	a a Raroli	cão CIE n	224 da 3	26 da daza	mbro da 2	012
v. Despesas	com puss	ivos aeviae	is a magis	iruuos e s	cividores	ue que nun	u u nesom	içuo Csi n.	224, uc 2	to ue ueze.	more at 2	012.
	JAN	FEV		ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ.
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABK								
DATA	JAN -	19	MAK -	6 6	-	-	6	- AGO	- SEI	5	-	1°

c. Outras De	Outras Despesas de Custeio e de Capital, Inclusive Ajuda de Custo											
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DATA	11.1	25.1	22.2	21.3	22.4	24.5	22.6	22.7	22.8	22.9	24.10	22.11
												9.12

d. Sentenças	transitad	as em julg	ado de peq	ueno valo	(RPVs)							
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DATA	12	5	9	11	10	9	11	9	12	11	11	12

Į,	e. Contribui	ção da Un	ião ao PS.	SS (Precate	órios e RP	Vs) E Res	tituição de	Receitas	recolhidas	ao Tesour	o Naciona	l por meio	de GRU
ſ	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
П	DATA	0	-	7	7	-	7	7	6		7	0	7

ANEXO II

Exercício Financeiro de 2016

(Cronograma para o encaminhamento das solicitações de alterações de detalhamento do elemento de despesa - QDD 91 - Sentenças Judiciais e 92 - Despesas de Exercícios Anteriores inerentes às unidades orçamentárias da Justiça Federal)

MÊS		de QDD para Folha de Pessoal, Benefícios a de Custo
	 a. Folha ordinária e benefícios 	 Folha de Pessoal (Passivos)
Janeiro	11	-
Fevereiro	10	19
Março	10	-
Abril	11	6
Maio	11	-
Junho	10	-
Julho	11	6
Agosto	10	-
Setembro	12	-
Outubro	11	5
Novembro	11	-
Dezembro	7	1°

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova os Planos de Ação e Orçamentos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), contemplando os aportes financeiros do CAU/BR e dos CAU/UF para o Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF e para o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), todos referentes ao Exercício de 2016, e dá outras providências.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 2º, 3º e 9º do Regimento Geral aprovado pela Resolução CAU/BR nº 33, de 6 de setembro de 2012, e de acordo com a deliberação adotada na Reunião Plenária Ampliada nº 15, realívada no dia 15 de dezembro de 2015, e considerando as diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento de 2016 resolve: de 2016; resolve:

de 2016; resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma dos resumos constantes dos Anexos I, II e III desta Resolução, os Planos de Ação e Orçamentos, contemplando os aportes financeiros para o Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF e para o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), todos referentes ao Exercício de 2016, dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Brasil (CAU/BR), e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados do Acre (CAU/AC), Alagoas (CAU/AL), Amazonas (CAU/AM), Amapá (CAU/AP), Bahia (CAU/BA), Ceará (CAU/CE), do Distrito Federal (CAU/DF), Espírito Santo (CAU/ES), Goiás (CAU/GO), Maranhão (CAU/MA), Minas Gerais (CAU/MG), Mato Grosso do Sul (CAU/MS), Mato Grosso (CAU/MT), Pará (CAU/PA), Paraña (CAU/PB), Pernambuco (CAU/PB), Piauí (CAU/PI), Paraná (CAU/PR), Rio de Janeiro (CAU/RA), Rio Grande do Norte (CAU/RN), Rondônia (CAU/RP), Sergipe (CAU/RS) o Grande do Sul (CAU/RS), Santa Catarina (CAU/SC), São Paulo (CAU/SP), Sergipe (CAU/SE) e Tocantins (CAU/TO).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(1) Os detalhamentos dos Planos de Ação e Orçamentos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal serão publicados no sítio eletrônico do CAU/BR, no endereço eletrônico www.caubr.gov.br.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ Presidente do Conselho